

# LICENCIATURAS: ESPAÇO PRIVILEGIADO DE (RE)PRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE O DOCENTE E A DOCÊNCIA

Dirce Jaeger

Universidade de Pernambuco

## Introdução

Não é comum que a academia coloque “sob suspeita” seus próprios discursos ou que se proponha a problematizar e desnaturalizar os saberes que produz, muito menos aqueles que nela são reproduzidos. Entretanto, esta deveria ser uma prática cotidiana e bem aceita no meio daqueles que pensam diuturnamente as principais questões que mobilizam as ciências, as sociedades e as mentes humanas, enquanto apontam soluções e encaminhamentos para os problemas, a saber, os professores<sup>1</sup> e a comunidade acadêmica.

A Análise do Discurso, através de seu dispositivo teórico e analítico, constitui importante instrumento de análise e autoanálise discursiva. A partir deste ponto, mobilizo alguns dos princípios da Análise do Discurso pecheuxtiana para “ousar pensar” a prática discursiva dos professores universitários envolvidos no processo de formação de professores de educação básica para as escolas brasileiras, as chamadas licenciaturas, bem como amplio a discussão para dentro do terreno do materialismo histórico na perspectiva de Althusser e seus *Aparelhos Ideológicos de Estado* em um esforço de re-estabelecer uma leitura política do fazer discursivo docente no âmbito da formação de professores.

Empiricamente, deparamo-nos com um cenário pouco animador no tocante às licenciaturas e seu *status* dentre as demais carreiras profissionais: vagas ociosas nos cursos de formação de professores; desprestígio da profissão docente entre os jovens; êxodo docente para outras

<sup>1</sup> No âmbito desta abordagem, as palavras professor(es), docente(s), pesquisador(es) não funcionam como substantivos masculinos, antes, *sempre* referirão, simultaneamente, à professora(s)/professor(es); a(s) docente(s)/ o(s) docente(s), pesquisadora(s)/pesquisador(es).

áreas profissionais; escassez de professores em certas áreas do conhecimento; desvalorização da carreira docente medida pelos baixos salários e as precárias condições de trabalho, sobretudo na rede pública de ensino brasileira. E mais pontualmente: um visível desinteresse dos egressos das licenciaturas pela atuação docente no ensino básico, aliado à preferência de muitos destes<sup>2</sup> por seguir a carreira acadêmica (mestrado, doutorado) com vistas à docência universitária.

A propósito do perfil do público que ingressa/egressa nas/das licenciaturas nas faculdades brasileiras, reproduzo um trecho de uma reveladora investigação realizada pela Fundação Carlos Chagas que tratou de analisar a *atratividade da carreira docente* entre os egressos do ensino médio em escolas públicas e privadas do país:

No Brasil, tem se observado uma mudança no perfil dos que buscam a profissão docente. Dados do Censo Escolar de 2007 (Inep/Mec) mostram a queda no número de formandos em cursos de licenciatura e a mudança de perfil dos que buscam a profissão. De 2005 a 2006, houve a redução de 9,3% de alunos formados em licenciatura. A situação é mais complicada em áreas como Letras (queda de 10%), Geografia (menos 9%) e Química (menos 7%). Faltam professores de Física, Matemática, Química e Biologia. E, o perfil socioeconômico de quem escolhe o magistério mudou nos últimos anos, sendo a maioria pertencente a famílias das classes C e D. Além disso, pelos resultados consolidados nas análises do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - INEP/MEC, 2008), são alunos que têm dificuldades com a língua, com a leitura, escrita e compreensão de texto, a maioria proveniente dos sistemas públicos de ensino, e têm apresentado nas diferentes avaliações um baixo desempenho. Em resumo, trata-se de alunos que tiveram dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior. São estudantes que, principalmente pelas restrições financeiras, tiveram poucos recursos para investir em ações que lhes permitissem maior riqueza cultural e acesso à leitura, cinema, teatro, eventos, exposições e viagens. E essa mudança de perfil trouxe implicações para os cursos de licenciatura, que estão tendo de lidar com um novo back-

<sup>2</sup> Dado empírico baseado em minha própria observação: por vários motivos, os “melhores cérebros” das licenciaturas (cada vez mais) raramente saem da faculdade para as salas de aula do ensino básico brasileiro.

ground cultural dos estudantes (ALMEIDA; NUNES; TARTUCE, 2009, p. 14-15).

Importante pontuar que os objetos de análise não são as escolhas profissionais dos vestibulandos ou dos egressos das licenciaturas. O olhar analítico quer sugerir que há movimentos da ordem do discurso, ainda pouco considerados, que funcionam na base de constituição de sentidos para o ser-professor e a docência; que se acham implicados na constituição de imagens relativas ao *status* da profissão docente e reverberam sobre as condições materiais de trabalho e renda dos professores. Discursos que, quando somados ao contexto descrito na última citação, devem ser revisitados em seus efeitos de sentido para o *ser-professor* e a docência.

## 1. Profissão docente, dom e missão

Para que adentremos no terreno discursivo objeto desta abordagem, mobilizo a emblemática fala do jornalista Alexandre Garcia que foi ao ar no programa *Bom Dia Brasil* (Rede Globo de televisão) do dia 6 de agosto de 2014. Na ocasião, Garcia criticava uma prefeitura que lançara um edital de concurso para professores da rede municipal com uma oferta de salários considerados muito baixos. A (breve) análise dos discursos que se encontram em funcionamento no *corpus* servirá como introdução às questões fundamentais que aqui se promovem: que tratamento recebem as projeções imaginárias sobre o *ser-professor* no âmbito das licenciaturas? E mais: como a academia interpreta e avalia seu papel na produção/reprodução/transformação de sentidos para o professor e a docência no âmbito da formação social vigente?

Para tanto, os gestos de interpretação se desenvolvem a partir de alguns pressupostos teóricos, os quais embasam os sentidos de língua, discurso e ideologia<sup>3</sup>; tanto quanto aqueles que sugerem movimentos de (re)produção de saberes no interior do funcionamento da formação social capitalista: formação ideológica dominante, caracterizada pelo con-

<sup>3</sup> Para a Análise do Discurso pecheuxtiana, a *língua*, em sua natureza linguístico-histórica, constitui a materialidade do discurso. O *discurso*, por sua vez, enquanto efeito de sentidos entre locutores, constitui a materialidade da ideologia (ORLANDI, 2005)

filito (de interesses) das classes sociais na organização e usufruto do trabalho, dos lucros, tecnologias e bens. Outrossim, as reflexões mobilizam a noção de Aparelhos Ideológicos de Althusser, o qual sugere que a reprodução dos meios de produção capitalista se processaria mediante a articulação de duas instâncias fundamentais, a saber, os Aparelhos Repressivos de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado. O primeiro reúne as instâncias repressoras e punitivas do Estado, enquanto os Aparelhos Ideológicos apresentar-se-iam como uma dispersão de instâncias encarregadas da produção material e da reprodução da força de trabalho da formação social capitalista: igrejas, partidos, sindicatos, famílias, escolas, mídia, cultura, etc. (ALTHUSSER, 2007).

Neste sentido, quando o sujeito empírico Alexandre Garcia/Rede Globo expressa “sua opinião” atualiza, sem que tenha necessariamente consciência disto, memórias e discursos já naturalizados e cristalizados em nossa memória coletiva, para fazer uso de um termo amplamente popularizado. Entretanto, o que se propõe é que se problematize, precisamente, a naturalização destes discursos e seus espaços de reprodução. E mais especificamente, a naturalização que se dá nos *loci* de (re)produção de discursos sobre a docência, reconhecidos como espaços de formação de professores para o ensino básico: as licenciaturas.

A fala do jornalista da Rede Globo, de onde emergem as sequências analisadas, consiste no seguinte conjunto de sequências:

Será que eles sabem que professor é um dom; é uma vocação? A pessoa nasce professor. E não tem que se envergonhar, a não ser com o salário. Talvez por isso, nesta quarta-feira vi no jornal alguém que se identifica como “pedagoga”, isto é, formada em pedagogia. Não é professora. Outra se diz “educadora”. Educadora é a mãe, é o pai. Professor é professor, o que ensina. O médico é médico porque teve professores. O engenheiro, porque teve professores. Professor é qualidade, não é apenas salário.

O prefeito, os vereadores, que oferecem pouco ao professor, talvez não tenham tido professores dedicados. Pagam abaixo do mínimo porque não podem pagar pior para o setor mais importante do município, que é o ensino. Que deveria ter o maior salário.

O vereador pode até fazer leis, mas não faz um país com saber, com conhecimento, com futuro. Isso é o professor que faz. O professor é o construtor do país, do futuro, precisa de salário que lhe

dê tranquilidade para viver e lecionar preparado, para que possa se vestir dignamente, à altura da nobreza da profissão.

Aliás, qual seria a mais nobre das profissões? A do advogado, que não deixa o inocente ser condenado? A do engenheiro, que não deixa o viaduto cair? A do médico, que não deixa o paciente morrer? Ou a do professor, que não deixa definhar o futuro? Professor é mais que vereador, que prefeito, que não lhe pagam, porque nem é profissão, é missão.”<sup>4</sup>

Do conjunto dos enunciados que constituem a fala do jornalista é possível extrair as seguintes construções parafrásticas para o *ser professor*:

“um dom”

“uma vocação”

“nasce professor”

“o que ensina”

“é missão”

“é qualidade”

“não é apenas salário”

“o que faz um país com saber, com conhecimento, com futuro”

“construtor do país, do futuro”

“a mais nobre das profissões”

“nem é profissão”

“é mais que vereador, que prefeito”

As memórias acionadas em cada uma das sequências atualizam saberes aparentemente conflitantes, até mesmo antagônicos, como o que sintetiza, emblematicamente, a sequência: “[...] [professor] nem é profissão, é missão.”

Semelhantes efeitos de sentido são produzidos no âmbito do *corpus* da pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, já anteriormente citada, que tem por título “Atratividade da carreira docente no Brasil” (2009). O levantamento recolhe um conjunto de percepções de alunos concluintes do ensino médio brasileiro sobre o “ser-professor”, de onde transcrevo algumas que “dialogam” com a fala de Garcia:

“Ser professor, além de uma **profissão** assim... é uma, é um dom assim, uma pessoa, um professor, assim, tem que ter o **dom**, tem

<sup>4</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/08/professor-nao-e-profissao-e-missao-afirma-alexandre-garcia.html>

que gostar, tem que ser uma **pessoa** iluminada mesmo, para poder estar ensinando, passando aquilo que ele gosta [...].” (Ana, escola particular, Curitiba)

“Eu acho que o que incentiva é o **amor à profissão**, a vontade de fazer isso, mas, principalmente, para o professor, só tem o que te leva para baixo, e o que incentiva é você ver, tiro isso por mim, quando você está vendo uma criança com dificuldade, você quer ajudar ela nem que seja com uma letra, mas quando você vê aquela criança aprendendo por ti, isso é maravilhoso, **isso te preenche**, entendeu?” (Vivian, escola pública, Manaus)

“E uma **profissão** que você tem que gostar muito do que você faz, você tem que ir ser professor sem **nenhum tipo de interesse financeiro, simplesmente amar** aquilo que você faz.” (Betina, escola particular, Campo Grande)

“Eu quero ser professor. O povo:” ‘ah! Vai ganhar mal, vai ser pobre vai...’ Então, acho se você fizer bem o que está fazendo e gostar do que está fazendo, você vai ser realizada, **não a questão de dinheiro**, mas a questão de por dentro mesmo, **pra você ser feliz**, você não precisa ser rico... Então, você sendo **realizado profissionalmente**, você vai tá sendo realizado na sua vida toda, tanto pessoal quanto financeira” (João, escola particular, Feira de Santana)

“E também eu acho que ser professor é um dom. Você trabalha feliz independente se ganha mal ou se ganha bem” (Anderson, escola pública, Joinville).

(ALMEIDA; NUNES; TARTUCE, 2009, p. 40-41, grifos meus)

Buscando dar maior visibilidade aos discursos que se acham em funcionamento na materialidade discursiva e seus efeitos de anacronismo e contradição, reproduzo aqui um quadro esquemático contendo memórias e saberes associados aos três âmbitos que predominam nos recortes selecionados. Para tanto, as imagens foram agrupadas em torno de três principais conjuntos de discursos, a saber, aquele que trata de relacionar a docência a um dom (inato); outro que a reconhece como missão (sacerdócio) e um terceiro que a situa no espaço das profissões. Vejamos o que caracteriza, em termos amplos, cada uma destas esferas discursivas:

DOM	MISSÃO	PROFISSÃO
INATO	SACERDÓCIO	FORMAÇÃO
“presente de Deus”	“chamado de Deus”	_____
Divino	Divino/altruísta	Escolha
Capacidade/talento	Tarefa delegada	Instrumentalização
Dom gratuito	Tarefa cumprida	Capacitação
Gratidão	Gratidão	Resultados
Salário (?)	Salário (?)	Salário

Os referidos anacronismo e antagonismo se devem aos conflitos de imagens que se encontram em funcionamento: abnegação altruísta X recompensa salarial; chamado divino X escolha profissional; dentre outras polarizações possíveis. Entretanto, o efeito anacrônico e conflitante das imagens contidas nos diferentes discursos sobre o professor começa a dissipar-se à medida que nos propomos a uma retrospectiva histórico-ideológica das projeções imaginárias<sup>5</sup> que regula(ra)m o fazer docente do professor ao longo da história das sociedades: Grécia, Roma, modelos feudais, republicanos, democratas, neoliberais, ... Em comum, formações sociais baseadas em relações (conflitantes) de classes e em modelos de distribuição desigual de riquezas e poderes. Em outras palavras, em comum, as rerepresentações/atualizações do modo de acumulação capitalista, independentemente do nome que receba.

Que relação, portanto, guardariam entre si os referidos discursos sobre o professor, o *modus operandi* capitalista e as práticas discursivas docentes no âmbito da formação de professores? Dentre as sinapses possíveis, escolho aquelas que apontam para o papel dos discursos na produção e reprodução do modo capitalista de produção. Adesão que se daria nos moldes propostos por Pêcheux & Fuchs (2010):

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no

<sup>5</sup> Imagens que aparecem ao sujeito como puro “já-ditos”, cuja origem e fonte não se mostram de todo acessíveis ao sujeito, mas encontram-se relacionados “a lugares determinados na estrutura de uma formação social, e as relações de força entre estes lugares sociais encontram-se representadas por uma série de formações imaginárias que designam o lugar que o locutor e o interlocutor atribuem a si e ao outro” (GRIGOLETTO, 2005, p. 121-122)

que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito, como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, *a ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (2010, p. 162, grifos dos autores).

O modo de produção capitalista requer, dentre outros fatores que aqui não serão discutidos, que lhe sejam garantidos os meios de reprodução. Para Althusser (2007), são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) a instância ideológica de produção/reprodução, tanto quanto de transformação, do modo capitalista de produção. Nas sociedades em que a instância religiosa mantinha uma simbiótica relação com o poder político, era a Igreja o principal AIE. Cabia à Igreja medieval, de modo especial, o estratégico papel de mediação entre a Família e os interesses do Estado. Mediação materializada no protagonismo da Igreja nos assuntos educacionais, espirituais, sociais, culturais e político-econômicos. Papel que, paulatinamente, passa às mãos da Escola, como descreve Althusser (2010, p. 119):

Não foi por acaso que toda a luta ideológica, desde o século XVI até o século XVIII, a partir dos primeiros choques da Reforma, *concentrou-se* numa luta anticlerical e antirreligiosa; isso se deu precisamente em função da posição dominante do Aparelho Ideológico de Estado Religioso. O principal objetivo e o principal resultado da Revolução Francesa não consistiram simplesmente em transferir o poder estatal da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial, romper em parte o antigo Aparelho Repressivo de Estado e substituí-lo por um novo [...], mas também combater o Aparelho Ideológico de Estado número um: a Igreja (2010, p. 119).

Deparamo-nos, portanto, com a transposição de funções e discursos do fazer da Igreja para o emergente Aparelho Ideológico Escolar. Este, além de ocupar-se das demandas do Estado no tocante à reprodução da força de trabalho e à intermediação entre a Família e o Estado, incorpora a seus saberes os sentidos da docência como *dom, vocação e missão*; próprios do fazer religioso. Sentidos que, quando olhados em seu fazer ideo-



lógico, ajudam a explicar a “alienação constitutiva” do professor em relação ao viés político do fazer docente e um certo retardo na constituição de uma identidade de classe, esta última entendida nos moldes de uma *classe para si*, não de uma classe criada pelo capital, a que Marx chama de *classe em si*. Para estabelecer uma distinção entre elas, recorro às próprias palavras do autor de *A miséria da filosofia*: “As condições econômicas tinham a princípio transformado a massa da população do país em trabalhadores. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Por isso, essa massa é já uma classe diante do capital, mas não o é ainda para si mesma. Na luta, [...], essa massa reúne-se, constitui-se em classe para si mesma. Os interesses que defende tornam-se interesses de classe.” (MARX, 2003, p. 151). Ao que complementa Lenine: “para que a *classe em si* se converta em *classe para si*, é necessário, portanto, um longo processo de esclarecimento, em que os teóricos e as próprias peripécias da luta desempenham uma amplíssima função” (apud PONCE, 2010, p. 36).

## 2. Docência, Aparelho Ideológico Escolar e discursos acadêmicos

Portanto, sugiro que os discursos da docência como *dom* e *missão*, quando desvinculados de sua historicidade ideológica, contribuem para a dissimulação da imprescindibilidade do fazer docente na garantia dos meios materiais e humanos de (re)produção dos *modus operandi* da formação social vigente, enquanto a não-percepção (ou o esquecimento ideológico) do protagonismo docente no âmbito dos Aparelhos Ideológicos da formação social capitalista retarda e dissimula a formação de uma *classe para si* e abre espaço para a reprodução de discursos de desvalorização da docência e do docente, ainda que transmutados em discursos de valorização docente.

Os discursos sobre a docência como *dom*, *vocação* e *missão* – e como *profissão* –, aproximam nossa discussão do campo das reflexões sobre valor, trabalho e mercadoria propostas por Marx em *O Capital*, bem como apontam para as reflexões trazidas por Althusser em *Aparelhos Ideológicos de Estado* sobre o papel da Escola no interior destas instâncias ideológicas. Incorporar, portanto, aspectos teóricos e analíticos que

nos permitam falar em luta de classes, trabalho, ideologia e discursos sobre a docência não me parece uma opção. Torna-se imprescindível.

Como principal Aparelho Ideológico da formação social capitalista (ALTHUSSER, 2007, 2010), cabe à Escola suprir as diversas instituições/instâncias públicas e privadas com os quadros necessários ao (bom) funcionamento da formação social, o que inclui, voltando a Althusser, a formação “dos ‘intelectuais do trabalhador coletivo’, os agentes da exploração (capitalistas, dirigentes), os agentes da repressão [...] e os profissionais da ideologia [...]” (ALTHUSSER, 2010, p. 122). Papel político dissimulado, em boa medida, pelos efeitos de sentido dos discursos da docência como dom, missão, abnegação e sacrifício altruísta. Temos refletido sobre isso em nossos cursos de formação de professores? Preparar para o *ensino* é também preparar para o exercício político da docência no âmbito da formação social vigente. Compreender o efeito dissimulador dos naturalizados discursos sobre a docência é parte importante desta abordagem. Portanto, voltemos ao esforço de contextualização político-ideológica da docência no âmbito da formação social capitalista.

A laicização da escola<sup>6</sup> não acarretou a anulação dos discursos do dom e da vocação. Antes, reorientou o dom e a vocação docentes para o serviço fiel ao poder e aos novos ideais de cidadão e de sociedade, do que se depreende que Deus e o Estado exigem basicamente a mesma dedicação e serviço. Althusser (2006, p. 78) sugere que estas mudanças afetaram sobretudo a relação Família-Igreja-Estado, a qual teria sido substituída, após o advento da burguesia, pela nova configuração Família-Escola-Estado. Segundo o autor, é a Escola que passa a intermediar as relações entre a Família e as ordens/necessidades do Estado. Cabe à Escola, juntamente com os demais Aparelhos Ideológicos, fazer com que as famílias saibam o *tipo de pessoa/cidadão/profissional* que precisa ser “fornecido à sociedade”. Entretanto, as imagens sobre o docente, oriundas dos séculos de trabalho escolar da Igreja, não se desfizeram.

O Aparelho Ideológico Escolar, como sugere a tese althusseriana, substitui o antigo Aparelho de Estado dominante, a Igreja, em suas funções. Ou seja, a Escola dá continuidade às funções da Igreja na Educação, o que implica a continuidade de uma postura subserviente à autoridade

<sup>6</sup> Fenômeno observado, sobretudo, a partir das mudanças promovidas pela Revolução Francesa.

(religiosa ou laica) e o exercício das práticas cristãs<sup>7</sup>. Assegura-se a vitalidade do dom e da missão como padrão esperado de conduta docente e a Educação como meio de provisão da sociedade do tipo de pessoa e profissional que atenda às demandas do seu tempo. Está assegurado, em outras palavras, o modo de acumulação próprio do capitalismo.

O discurso da profissão (como o compreendemos contemporaneamente) representa uma incorporação tardia, muito embora o salário dado aos professores nas antigas sociedades grega e romana os tenha afiliado laboralmente à classe daqueles que não poderiam dedicar-se ao *ócio digno*<sup>8</sup>. Entretanto, esta imagem não acarreta a substituição dos discursos do dom e da vocação, antes, soma-se a eles criando um espaço de *aparente conflito e contradição* no interior da formação discursiva do Aparelho Ideológico Escolar.

Althusser, ao reler Marx, afirma que: “Toda formação social para existir, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, deve reproduzir as condições de sua produção” (ALTHUSSER, 2007, p. 54). E por condições de sua reprodução, continua Althusser, entenda-se a reprodução das forças produtivas, bem como das relações de produção existentes. O que equivale a dizer que toda formação social necessita reproduzir os meios de produção tanto quanto as forças produtivas responsáveis pelas condições materiais de produção. Reprodução esta que não mais se dá no interior da fábrica:

[...] mas não é ao nível da empresa que a reprodução das condições materiais da produção pode ser pensada; pois não é neste nível que ela existe em suas condições reais. O que acontece ao

<sup>7</sup> Nesse sentido, emblemático vem a ser o escrito de Lutero, intitulado *Sermão para que se enviem as crianças às escolas* (1530): “Sustento que a autoridade é responsável por obrigar os súditos a que mandem os filhos à escola. Pois está indubitavelmente obrigada a conservar os cargos e empregos antes mencionados, para que haja pregadores, jurisconsultos, párocos, escrivães, médicos e professores, pois não podemos prescindir deles. Se a autoridade pode obrigar os súditos que sejam capazes, em tempo de guerra, a manejar o mosquete e a lança, a assaltar muralhas e fazer coisas semelhantes, com muito mais razão pode e deve obrigar os súditos a mandar os filhos às escolas, porque nas escolas se sustenta a mais dura guerra com o temível demônio” (apud GALLO, 1998, p. 6-7).

<sup>8</sup> [...] na sociedade escravagista grega, o chamado *ócio digno* significava a possibilidade de gozar do tempo livre, privilégio daqueles que não precisavam cuidar da própria subsistência. O que não se confunde com “fazer nada”, mas sim refere-se ao ocupar-se com as funções nobres de pensar, governar, guerrear. Não por acaso, a palavra grega para escola (*scholé*) significava inicialmente ‘o lugar do ócio’ (ARANHA, 2010, p. 62, grifos da autora).

nível da empresa é um efeito, que dá apenas a ideia da necessidade da reprodução, mas que não permite absolutamente pensar suas condições e seus mecanismos (ALTHUSSER, 2007, p. 55).

Em primeira instância, continua o teórico, é o salário que assegura a reprodução das forças produtivas. Entretanto, complementa:

[...] não basta assegurar à força de trabalho as condições materiais de sua reprodução para que se reproduza como força de trabalho. A força de trabalho deve ser “competente”, apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção. [...] Ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende a dar-se não mais no ‘local de trabalho’ (a aprendizagem na própria produção), porém, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e instituições (ALTHUSSER, 2007, p. 57).

É precisamente neste ponto que a Escola adquire seu protagonismo, sobretudo a partir da implantação do modo capitalista de funcionamento social e econômico. A Escola que tem no aparato religioso seu antecedente mais imediato. Sobre isso, assim se posiciona Althusser (2010, p. 119): “No período histórico pré-capitalista, [...], está absolutamente claro que *havia um Aparelho Ideológico de Estado dominante, a Igreja*, que concentrava em si não apenas as funções religiosas, mas também as escolares e grande parte das funções de informação e da ‘cultura.’” Período que deu lugar, como já pontuado em páginas anteriores, a uma série de eventos que terminaram por deslocar a hegemonia clerical na sociedade e abrir espaço para o surgimento de um novo Aparelho Ideológico prevalente, a Escola.

Althusser, ao discorrer sobre os aparelhos ideológicos, pormenoriza o que seria – para ele – a *práxis* escolar no seio do capitalismo:

Ela [a Escola] pega crianças de todas as classes desde a tenra idade escolar e, durante anos – os anos em que a criança está mais ‘vulnerável’, espremida entre o Aparelho de Estado familiar e o Aparelho de Estado escolar – martela em sua cabeça, quer utilize métodos novos ou antigos, uma certa quantidade de ‘saberes’ embrulhados pela ideologia dominante [...], ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro [...]. Em algum momento por

volta dos dezesseis anos, uma imensa massa de crianças é ejetada ‘para a produção’: trata-se dos operários ou dos pequenos camponeses. Outra parcela de jovens academicamente ajustados segue adiante: e, para o que der e vier, avança um pouco mais, até ficar pelo caminho e ir preenchendo os postos técnicos pequenos e médios, dos funcionários de colarinho branco, dos pequenos e médios executivos, de toda sorte de pequeno-burgueses. Uma última porção chega ao topo, seja para cair no semi-emprego intelectual, seja para fornecer, além dos ‘intelectuais do trabalhador coletivo’, os agentes da exploração (capitalistas, dirigentes), os agentes da repressão [...] e os profissionais da ideologia [...] (ALTHUSSER, 2010, p. 121-122).

Althusser fala diretamente da divisão social do trabalho, do poder e dos bens da formação social capitalista e, indiretamente, do meio de reprodução da força de trabalho levado a termo no âmbito da educação formal e informal. A nós interessa, no terreno desta discussão, a relação das leituras com o campo de atuação do professor das licenciaturas, daquele que, com seu trabalho, contribui direta e indiretamente para o suprimento de quadros especializados de trabalhadores para a manutenção do funcionamento da formação social vigente.

Nas palavras de Althusser, o papel de formador dos quadros de manutenção do modo capitalista de produção materializa-se mediante a formação da força de trabalho que irá “[...] preenchendo os postos técnicos pequenos e médios, dos funcionários de colarinho branco, dos pequenos e médios executivos, de toda sorte de pequeno-burgueses.”, bem como fornecendo “[...] além dos ‘intelectuais do trabalhador coletivo’, os agentes da exploração (capitalistas, dirigentes), os agentes da repressão [...] e os profissionais da ideologia [...]” (ALTHUSSER, 2010, p. 121-122). Como ausentar-se destas questões estando no papel de formação de professores para as salas de educação básica de todo o país?

A extensão das questões aqui suscitadas não se restringe ao terreno dos discursos de valorização/desvalorização docentes praticados no espaço acadêmico. Antes, (re)posiciona política e ideologicamente o fazer docente do professor das licenciaturas no âmbito da formação social capitalista e aponta para o caráter e o alcance político de suas práticas discursivas enquanto formador de professores.

### 3. Discurso acadêmico e (des)valorização docente

Os discursos da docência enquanto (essencialmente) *dom* e *missão*, embora possam ser ressignificados mediante a insistente militância de novas práticas discursivas, jamais deixarão de reverberar e ecoar nas projeções imaginárias sobre o professor porque constituem sentidos fundacionais, naturalizados e cristalizados desde os primeiros modelos da formação social capitalista. Paralelamente, e é importante que se diga, os discursos do *dom* e da *missão* não significam tanto pelo que dizem, mas pelo que silenciam e dissimulam: o caráter político-ideológico de (re)produção e de transformação de discursos/saberes que o espaço da docência comporta e que se vê silenciado e ressignificado a partir dos efeitos de sentido que aqueles discursos (re)produzem.

O que devemos manter sob estreita vigilância, portanto, são os efeitos de sentido que canônicos discursos sobre o professor (re)produzem no interior das discursivizações (pós)modernas, incluídas as materializações que têm lugar no âmbito da formação docente. Para tanto, é fundamental que a academia não perca de vista o protagonismo político de suas práticas discursivas, nem deixe de re-pensar permanentemente o fazer escolar/docente em relação a seu nicho ideológico: os Aparelhos de Estado. Caso contrário, discursos sobre a docência podem dissimular o viés ideológico do espaço de formação de professores, enquanto retardam importantes discussões sobre a escola, a profissão docente e o ensino nas escolas brasileiras.

Ciente do elevado número de desdobramentos que a temática possibilita, redireciono a abordagem para dentro das práticas discursivas acadêmicas sobre a docência e o docente. Nesse sentido, passo a analisar os efeitos de sentido de um dos discursos acadêmicos mais recorrentes no âmbito das licenciaturas: refiro-me aos discursos sobre a *pesquisa*. Mais objetivamente, à produção de sentidos para *pesquisa* e *ensino* no âmbito das licenciaturas, sentidos extensivos às apresentações *professor-pesquisador* e *professor-docente*<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> *Professor-docente* quer representar aquele docente que se dedica ao ensino, mas não à pesquisa. A pesquisa, tal qual se utiliza no interior deste artigo, não se refere à postura questionadora e curiosa frente aos fenômenos observados/vividos. Esta postura constitui princípio educativo inerente à práxis do educador (DEMO, 2005) e dela ninguém deve prescindir. A pesquisa a qual nos referimos insere-se no conjunto de atividades sistemáticas e academicamente orientadas que envolvem, necessariamente, a produção de (novos) conhecimentos, publicações, orientações, financiamentos dos órgãos de fomento, ...

Em outras palavras, proponho que o desinteresse das novas gerações pela profissão docente possa ser compreendido *também*<sup>10</sup> a partir do funcionamento de cristalizados discursos acadêmicos sobre o ser-professor. Trata-se do discurso de sobrevalorização do *professor-pesquisador* frente ao *professor-docente*, naturalizado no meio acadêmico das licenciaturas, e que *pode* funcionar como discurso de desvalorização do fazer docente uma vez que *agrega valor* ao trabalho docente mediante a incorporação da atividade de pesquisa.

Seria surpreendente, a título de exemplo, que um médico se visse impelido a acumular as funções de médico e pesquisador em saúde. Concordamos, suponho, que seu trabalho de atendimento aos pacientes constitua tarefa *suficientemente complexa e exigente* para que ele divida seu tempo e atenção em pesquisas, relatórios e publicações. Espera-se, isso sim, que ele esteja altamente familiarizado com as pesquisas desenvolvidas em sua área, atualizado nas últimas descobertas e sempre disposto a estudar, ler e participar de congressos a fim de aprimorar a atenção ao paciente. Em outras palavras, em saúde, tanto o fazer médico quanto a pesquisa médica constituem *loci* distintos de atuação; gozam de prestígio e o *status* sociocultural destes profissionais é inquestionável. Um médico, até onde se observa em nosso meio, não se sentirá impelido a acumular as duas áreas de atuação para ver-se valorizado em sua função<sup>11</sup>.

Os discursos docentes de valorização das tarefas de ensino no âmbito do ensino básico deveriam ser prática recorrente durante o período de graduação dos (potenciais) futuros professores. Entretanto, paradoxalmente, muitas licenciaturas têm priorizado a formação de pesquisadores e professores para o ensino superior. Há um silenciamento discursivo de seu papel de formação para professores da educação básica e do viés ideológico e político da *práxis* docente no âmbito da formação

<sup>10</sup> Referência implícita às precárias condições de trabalho e renda do professor que costumam aparecer como explicação hegemônica para o desinteresse das novas gerações pela docência no ensino básico brasileiro.

<sup>11</sup> No âmbito da docência, entretanto, a sobreposição de tarefas tem sido amplamente praticada e naturalizada sob o manto da valorização do fazer docente, aqui problematizada. Acúmulo de atribuições que, no âmbito da docência de ensino superior, agrega ainda os cargos de gestão. Sobreposição de funções que, sugiro, também deva ser revista em seu funcionamento enquanto “discurso de desvalorização da docência”. Imagens que “significam” no âmbito da constituição de sentidos para o ensino e o ser-professor.



social capitalista. Silenciamentos que se materializam mediante um deslocamento da prática de formação para a docência de ensino básico para a prática de formação para a pesquisa e o ensino superior.

Concretamente, há de considerar-se, com a devida ênfase, a possibilidade de estimularmos nossos mais destacados alunos graduandos das licenciaturas a ingressarem (e permanecerem) com ânimo e competência na tarefa de ensino básico das escolas brasileiras. Paralelamente a esta contribuição, é fundamental que nos somemos aos que lutam por melhorias concretas e urgentes nas condições de trabalho e renda para o conjunto da classe docente, bem como que mantenhamos sob estrito controle os discursos acadêmicos potencialmente capazes de promover a desvalorização da tarefa de ensino frente à pesquisa, bem como aqueles que conferem *status* superior ao *professor-pesquisador* frente ao *professor-docente*, equivocadamente referido como aquele que “só ensina” (JAEGER, 2014).

## Considerações Finais

Segundo Pêcheux (2010, p. 131), — e com isto *pausamos* a interlocução —, “os Aparelhos Ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”, proposição que soa para as licenciaturas como um duplo desafio: adotar uma postura (auto)crítica sobre **o que** produzir, reproduzir e transformar em seus discursos sobre o ser-professor e a docência; e não perder de vista o caráter constitutivamente político-ideológico do processo de formação de professores para as escolas brasileiras.

Nesse sentido, todo o anteriormente teorizado e problematizado pretende que se considere com mais gravidade alguns aspectos que interessam (ou deveriam interessar) aqueles que se acham implicados nos processos de formação de professores:

- discursos sobre o *ser-professor* e o *status* da profissão docente, consciente ou inconscientemente reproduzidos no espaço das licenciaturas, tendem a atualizar cristalizadas e naturalizadas projeções imaginárias sobre o docente e a docência. Efeitos de sentido que precisam ser estudados e compreendidos em sua opacidade ideológica e em seus efeitos imaginários;



- não é possível ser docente ou formar docentes sem que tomemos posição e consciência (até onde nos é possível tê-la) diante do papel político da Escola e do professor, enquanto agência e agente de produção/reprodução dos meios materiais e humanos imbricados no modo de produção capitalista;
- a academia precisa lidar mais criticamente com seus “próprios” discursos sobre a docência e o docente. Discursos que merecem ser problematizados, uma vez que se acham em franca naturalização e têm reverberado nas escolhas acadêmico-profissionais dos egressos das licenciaturas e no *status* docente contemporâneo. É o caso, por exemplo, dos efeitos de sentido que *viralizam* no meio acadêmico com relação à *pesquisa* e ao *ensino*; com claros desdobramentos de sentidos para *professor-pesquisador* e *professor-docente*; dentre outras discursivizações que carecem de análise;
- espaço de formação de professores, uma vez ciente do papel político-ideológico da formação de professores para as escolas brasileiras, deveria promover re-leituras críticas dos discursos circulantes na sociedade e na academia. Redescobrir e investir a/na formação para o ensino poderia ocupar mais lugar nas práticas discursivas e pedagógicas no interior dos cursos de licenciatura. Ao mesmo tempo, há de recuperar-se a distinção entre *estudar* e *pesquisar*. O professor é sempre um estudioso. Ser pesquisador constitui uma escolha. Discursos que condicionam a valorização do professor à sua produção enquanto pesquisador podem funcionar, também, como discursos de desvalorização do ensino e, por isso, precisam ser permanentemente analisados em sua filiação político-ideológica;
- sugerimos que se invista – voltando à formação de professores - em discursos que valorizem o professor enquanto *expert* no ensino dos temas relacionados a sua área da ciência, estudioso e profundo conhecedor daquilo que os pesquisadores têm publicado; valorizado em sua práxis ao ponto de retroalimentar e validar as pesquisas que outros docentes realizam, os chamados

pesquisadores. Queremos ver uma nova classe (*para si*) de professores docentes atualizados, valorizados em seu espaço de atuação, respeitados e ouvidos pela academia, sem que para isso se sintam impelidos a acumular funções. Antes, que possam optar pelo ensino ou a pesquisa, ou dedicar-se a ambas, sem prejuízo de reconhecimento profissional, salarial ou acadêmico.

## Referências

- ALMEIDA, P. A.; NUNES, M. M. R.; TARTUCE, G. L. B. P. (Coord.). *Atratividade da carreira docente no Brasil*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <http://www.zerohora.com.br/pdf/15141177.pdf>. Acesso: 16. mar. 2016.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. p. 105-142.
- \_\_\_\_\_. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 10. ed. São Paulo: Graal, 2007.
- ARANHA, M. L. A. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- DEMO, P. *Metodologia da investigação em educação*. Curitiba: IBPEX, 2005.
- GALLO, S. D. O. A educação pública como função do Estado. *Comunicações*, v.5, n.1, 1998.
- GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. 2005. 269f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- JAEGER, D. *Discursos de valorização do professor: efeitos da Interpelação no âmbito da formação discursiva do Aparelho Ideológico Escolar*. 2016. 214f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Professor-pesquisador e professor-docente: pela desnaturalização de sentidos em torno da relação docência-pesquisa no âmbito da formação de professores (comunicação oral/artigo)*. VIII Congresso Iberoamericano de Docencia Universitaria y de Nivel Superior (CIDU), Rosario, Argentina, abril de 2014.
- MARX, K. *A miséria da filosofia: resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon*. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2003 [1847].
- ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.
- \_\_\_\_\_; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Tradução de Bethania Mariani. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010. p. 159-250.
- PONCE, A. *Educação e luta de classes*. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.